

MS vai recorrer a Fernando Henrique

por Leandra Peres
de Campo Grande

O governador de Mato Grosso do Sul (MS), Wilson Barbosa Martins (PMDB), cansou de esperar. Ele agora quer discutir a renegociação da dívida bancária do Estado, que em março era de R\$ 640 milhões, diretamente com o presidente Fernando Henrique Cardoso. "Chegamos à conclusão de que nenhuma das pessoas designadas pelo presidente tem instruções para finalizar os entendimentos. Então vamos procurá-lo para pedir os parâmetros da rolagem da dívida", disse o governador, que aguarda uma audiência com o presidente.

A projeção feita pela Secretaria de Finanças do MS indica um déficit mensal de R\$ 22,7 milhões, causado principalmente pelo pagamento de dívidas, que alcança 45,5% da receita líquida. A folha de pessoal do Executivo consome 47,4% e, na análise do secretário de Finanças, Ricardo Bacha, o repasse para pagamento de pessoal dos outros poderes deve comprometer outros 15% da receita. "Estamos muito próximos do limite constitucional. A nossa folha não está inchada", disse. A proposta do governo estadual é de um prazo mínimo de carência para pagamento do principal de dois anos e juros a níveis internacionais.

Mas a reforma administrativa promovida no estado até agora tem sido tímida. O governo reduziu para oito o número de secretarias, abaixou o salário do governador e conseguiu manter a folha mais ou menos constante em cerca de R\$ 23 milhões. O programa de privatizações ainda aguarda a avaliação das empresas que deverão ser vendidas. Uma das mais fortes candidatas é a Empresa de Energia Elétrica de Mato Grosso do Sul (Enersul).

"Há espaço para uma reforma mais profunda", admite o governador, que está, no entanto, numa situação complicada. Eleito com apoio maciço do funciona-

lismo público, Wilson Barbosa está com os salários atrasados há dois meses e enfrenta greves e protestos constantes. Os professores, por exemplo, estão paralisados por tempo indeterminado desde segunda-feira. As eleições municipais de outubro também estão na mira do governo, que apóia o candidato André Puccinelli (PMDB). "As dificuldades do governo já estão sendo usadas como propaganda eleitoral. É um belo discurso para a oposição", disse o governador.

A maior parte da dívida que o Estado quer repactuar está em po-



Wilson Barbosa Martins

der de bancos privados – Bamerindus, R\$ 130 milhões; BCN, R\$ 20 milhões; e Bancesa, R\$ 23 milhões – e tem vencimento previsto para 1999. As contas especiais no Bamerindus, que o governo usa para tomar empréstimos de curto prazo, acumulam um débito de R\$ 150,2 milhões, dos quais R\$ 12,2 milhões estão em atraso.

O governo estadual está negociando com o Tesouro Nacional e Caixa Econômica Federal (CEF) a compra das Antecipações de Receita Orçamentária (AROs) em poder de bancos privados, de acordo com o voto 122 do Con-

selho Monetário Nacional (CMN). O total a ser transformado em dívida fundada é de R\$ 126 milhões, devidos em sua maioria também ao Bamerindus. Até março, Mato Grosso do Sul havia pago R\$ 8,845 milhões em AROs, com juros variando entre 15% e 18% ao mês.

A arrecadação do Estado, por outro lado, não apresentou crescimento significativo. No primeiro trimestre deste ano, o valor recolhido em impostos não ultrapassou R\$ 45 milhões. "Há uma tendência ascendente bem leve, mas que não é suficiente para recompor as contas do governo", disse Ricardo Bacha. O Estado vem tentando um financiamento de R\$ 50 milhões junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para reestruturar o aparelho fiscal.